

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 54/XII/3.^a SL

Aos 30 dias do mês de abril de 2014, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:00 Horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do relatório «Portugal na União Europeia-2013»**
Relator - Deputado João Lobo (PSD)
3. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - Projeto de lei n.º 520/XII/3.^a (PS) - Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa;
 - Projeto de lei n.º 534/XII/3.^a (PSD) - Proceda à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro;
 - Projeto de lei n.º 535/XII/3.^a (PCP) - Lei Tutelar Educativa (Primeira alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro);
 - Projeto de lei n.º 537/XII/3.^a (CDS-PP) - 1.^a alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de setembro;
4. **Fixação de redação final do texto que "Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo" [Proposta de lei n.º 204/XII/3.^a], nos termos do artigo 156.º do RAR;**
5. **Admissão e distribuição de petições;**
6. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
Petição n.º 336/XII/3.^a - Pretendem igualdade de tratamento em termos de policiamento e da participação do Estado português nos encargos de atividades desportivas realizadas na via pública;
Relator - Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)
7. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
COM (2014) 196 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu - Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu;
Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS)
8. **Outros Assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 54/XII/3.^a SL

11:00 Horas — Audição do Ministro da Administração Interna para prestar informações sobre a participação de forças portuguesas no dispositivo europeu a ser destacado para a República Centro Africana.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição e designação de relatores das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
218/XII/3. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração ao Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana, aprovado em anexo à Lei n.º 145/99, de 1 de setembro.	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
219/XII/3. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2013, de 12 de junho, que aprova o regime de garantia de qualidade e segurança dos órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano, de forma a assegurar a proteção da saúde humana, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2012/25/UE, da Comissão, de 9 de outubro de 2012, que estabelece procedimentos de informação para o intercâmbio	Deputado Filipe Neto Brandão (PS)

No segundo ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre o Relatório «Portugal na União Europeia – 2013», que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD). Seguiu-se um debate, em que interveio o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que felicitou e realçou o cuidado e rigor que o Deputado relator colocou na elaboração do relatório, mas explicou que o Grupo Parlamentar do PCP votaria contra por se tratar de um relatório burocrático sobre o andamento burocrático da União Europeia. Também usou da palavra o Senhor Deputado José Magalhães (PS), que sugeriu, uma vez que se tratava de um relatório extenso e complexo, que fossem focados determinados temas e fixadas prioridades de acordo com o programa de ação da Comissão, proposta que mereceu o acordo do Senhor Presidente e dos demais Deputados presentes. No final, o parecer foi submetido a votação e aprovado (partes I e III), com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE, registando-se a ausência do PEV.

No ponto seguinte, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação conjunta, na especialidade, dos projetos de lei n.ºs 520/XII/3.^a (PS) - Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, 534/XII/3.^a (PSD) - Procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 54/XII/3.^a SL

aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, 535/XII/3.^a (PCP) - Lei Tutelar Educativa (Primeira alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) e 537/XII/3.^a (CDS-PP) - 1.^a alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, a requerimento do PCP, por forma a possibilitar a audição de entidades que intervêm no processo, designadamente a Procuradoria-Geral da República e a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, para além de outras que se considere importantes, tendo também o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) se pronunciado no mesmo sentido. O Senhor Presidente ficou de diligenciar no sentido de agendar as duas audições requeridas.

Foi igualmente adiada para a reunião seguinte a fixação de redação final do texto que "Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo" [Proposta de lei n.º 204/XII/3.^a], a requerimento do Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Em seguida, foi distribuída e admitida a seguinte petição:

<u>PETIÇÃO</u>	PETICIONANTE (S)	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO
<u>380/XII/3</u>	Joaquim de Jesus Magalhães Fonseca (4718 assinaturas)	Impenhorabilidade do Bem de família	Admitida parcialmente	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)

No sétimo ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia COM (2014)196 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu, Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu, apresentado pelo respetivo relator, Deputado Luís Pita Ameixa (PS). Após um breve debate, em que intervieram os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e António Filipe (PCP) (PS), o relatório foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP, registando-se as ausências do BE e do PEV.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 54/XII/3.^a SL

No ponto reservado a «Outros assuntos», havia sido solicitada a discussão e votação na especialidade do projeto de lei n.º 523/XII/3.^a (PSD e CDS-PP) - 1.^a alteração à Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva Lei (que resultou da reunião do GT-Tribunal Arbitral do Desporto que teve lugar no dia anterior), no entanto, dado o adiantado da hora e por estar atrasado o início da audição do Senhor Ministro da Administração Interna, a pedido do Senhor Presidente e com a concordância dos Grupos Parlamentares presentes, foi a mesma adiada para a reunião seguinte.

A reunião foi interrompida às 11 horas e 40 minutos.

Os trabalhos foram retomados às 11 horas e 45 minutos e deu-se início à audição do Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo – que se fez acompanhar pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. João pinho de Almeida -, para prestar informações sobre a participação de forças portuguesas no dispositivo europeu a ser destacado para a República Centro Africana. O senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) usou da palavra para apresentar o requerimento que originou a audição, após o que o Senhor Ministro respondeu.

Seguidamente usaram da palavra, para colocar questões, as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PS), Teresa Anjinho (CDS/PP), António Filipe (PCP) e Marcos Perestrello (PS), que mereceram resposta, conjunta, por parte do Senhor Ministro da Administração Interna.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento.

A reunião foi encerrada às 12 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de abril de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Aprovada em 07-05-2014

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 54/XII/3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim
Marcos Perestrello
Margarida Almeida
Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Neto Brandão
José Luís Ferreira